



**EQUILIBRAR E PRESERVAR O  
MEIO AMBIENTE  
É  
DEVER E DIREITO DE TODOS  
(SUSTENTABILIDADE)**

Você sabia que atividades e condutas lesivas ao meio ambiente podem gerar responsabilização civil, administrativa e criminal?

E quanto as catástrofes como deslizamento de terras que afetam a humanidade por causa de intensas chuvas? Existem meios para evitar novas vítimas?

Venha!  
Vamos aprender juntos sobre desastres ambientais, o que determina a CF/88, nas leis, nos projetos de leis e de quem é a responsabilidade.

## **DESASTRES AMBIENTAIS**

### **Atividades e condutas lesivas ao meio ambiente**

Quem poderá ser realmente responsabilizado?

Quais benefícios as vítimas podem ter direito?



As tragédias em Brumadinho e Mariana (MG), além de afetar o meio ambiente, prejudicou os pescadores artesanais da região.

Após a tragédia, os trabalhadores na condição de segurados especiais ficaram impossibilitados de desenvolverem suas atividades, sem ter condições para produzir e não tinham capacidade econômica. As vítimas poderão ter benefícios previdenciários.

(Mundo Educação-uol-fotos) -(Autor: Rafael M.C.Moreira)



Diante de tantos desastres ambientais, com a interferência do homem, o Senado Federal no projeto de lei 1.056/2019, altera Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, (Lei Orgânica da Seguridade Social), para que as empresas responsáveis por desastres ambientais, sejam obrigadas a efetuar o recolhimento previdenciário, referente

ao segurado, que não possa efetuar o recolhimento. Infelizmente alguns trabalhadores perdem o auxílio-acidente ou aposentadoria, que são benefícios que o governo oferece.

(Mundo Educação-uol-fotos)



As mudanças climáticas, com o passar do tempo, tem afetado cada vez mais a humanidade, por conta das catástrofes como deslizamento de terras nas encostas dificultando trânsito de veículos e fazendo vítimas. Com isso, o ordenamento jurídico prevê diversas formas de responsabilização, e dentre eles o reconhecimento integral e danos causados.

Diante de todos esses desastres ambientais, há previsão para a punição dos responsáveis e a implementação de medidas preventivas para evitar acidentes. O STJ acolhe a teoria do risco integral, onde indica que todos os riscos de qualquer tipo, deve ser internalizado pelo processo produtivo, onde o responsável deverá reparar quaisquer danos que tenham conexão com sua atividade.

Autor: Bárbara C. Kruse/(Mundo Educação-uol-fotos)

Venha!  
Vamos aprender juntos sobre desastres ambientais, o que determina a CF/88, nas leis, nos projetos de leis e de quem é a responsabilidade.

(Artigo 225, §3º CF/88)

Uma CONSCIENTIZAÇÃO muda tudo!  
MUDA O MUNDO!

Você sabia que atividades e condutas lesivas ao meio ambiente podem gerar responsabilização civil, administrativa e criminal?

E quanto as catástrofes como deslizamento de terras que afetam a humanidade por causa de intensas chuvas? Existem meios para evitar novas vítimas?

Venha!  
Vamos aprender juntos sobre desastres ambientais, o que determina a CF/88, nas leis, nos projetos de leis e de quem é a responsabilidade.



(62) 3524-1409 ou 3524-1412

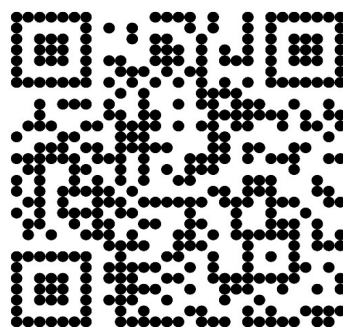


[gabpresidenciaamma@gmail.com](mailto:gabpresidenciaamma@gmail.com)

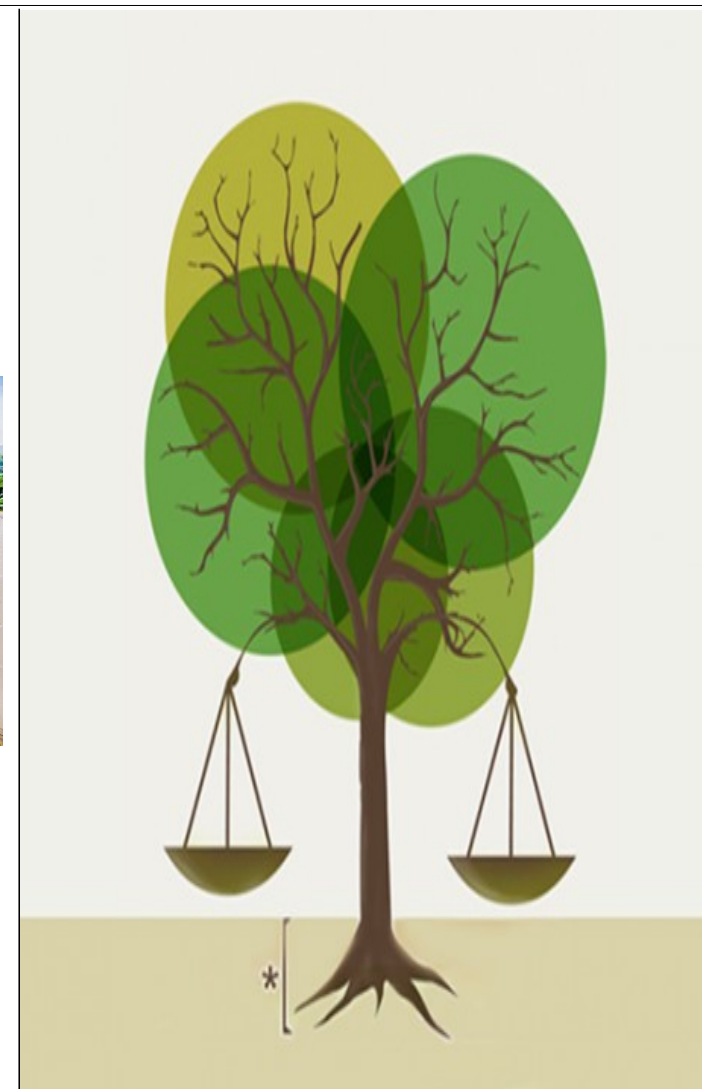
Horário: 8hs às 18hs  
Rua 75 esq. c/ 66, nº 137, Centro –  
CEP: 74055-110



<https://www.goiania.gov.br>



Br 153, Km 502/ Jardim da Luz  
Trabalho de Extensão  
Goiânia-Goiás/CEP:74.850-370  
Fone:(62) 3219-4000



**EQUILIBRAR E PRESERVAR O**

**MEIO AMBIENTE**

**É**

**DEVER E DIREITO DE TODOS**

**(SUSTENTABILIDADE)**



## DESASTRES AMBIENTAIS

Atividades e condutas lesivas ao meio ambiente.

Quem poderá ser realmente responsabilizado?



(Mundo Educação-uol-fotos)

As tragédias em Brumadinho e Mariana (MG), além de afetar o meio ambiente, prejudicou os pescadores artesanais da região.

Após a tragédia, os trabalhadores na condição de segurados especiais ficaram impossibilitados de desenvolverem suas atividades, sem ter condições para produzir e não tinham capacidade econômica.

Diante de tantos desastres ambientais, com a interferência do homem, o Senado Federal no projeto de lei 1.056/2019, altera Lei 8.212, de 24

de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), para que as empresas responsáveis por desastres ambientais, sejam obrigadas a efetuar o recolhimento previdenciário, referente ao segurado, que não possa efetuar o recolhimento, porque alguns trabalhadores perdem o auxílio-acidente ou aposentadoria, que são benefícios que o governo oferece.

### Falta de planejamento e consequências



As mudanças climáticas, com o passar do tempo, tem afetado cada vez mais a humanidade, por conta das catástrofes como deslizamento de terras nas encostas dificultando trânsito de veículos e fazendo vítimas.

Com isso, o ordenamento jurídico prevê diversas formas de responsabilização, e dentre eles o reconhecimento integral e danos causados. Também prevê a punição dos responsáveis e a implementação de medidas preventivas para evitar acidentes. O STJ acolhe a teoria do risco integral, onde indica que todos os riscos de qualquer tipo, deve ser internalizado pelo

processo produtivo, onde o responsável deverá reparar quaisquer danos que tenham conexão com sua atividade.

Autor: Bárbara C. Kruse

### Desastres naturais e falta de planejamento

Quais benefícios as vítimas podem ter direito?



Venha!  
Vamos aprender juntos sobre desastres ambientais, o que determina a CF/88, nas leis, nos projetos de leis e de quem é a responsabilidade.

(Artigo 225, §3º CF/88)

Uma CONSCIENTIZAÇÃO muda tudo!  
MUDA O MUNDO!